



Porangatu em História: uma experiência de História Pública na valorização do patrimônio local

MARIA JULIANA DE FREITAS ALMEIDA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS 

MAX LANIO MARTINS PINA

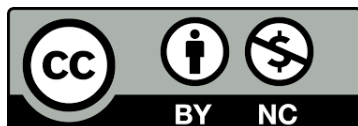
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS 

CLIO: REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA

v. 43, e268106, 2025

<https://doi.org/10.51359/2525-5649.2025.268106>

e-ISSN: 2525-5649



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025.
Licenciado sob Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0).

Porangatu em História: uma experiência de História Pública na valorização do patrimônio local

RESUMO: O projeto de Extensão "Porangatu em História: Descobrindo as Origens dos Nomes que Marcam Nossa Terra", desenvolvido em 2024 na Universidade Estadual de Goiás (UEG), pelo curso de Licenciatura em História, através do Laboratório de Pesquisa e Ensino de História (LAPEHIS), buscou resgatar e divulgar as origens dos nomes de ruas, praças e localidades de Porangatu, Goiás, promovendo a conscientização histórica e o fortalecimento da identidade comunitária. Por meio de pesquisa documental, produção de vídeos explicativos, divulgados no *Instagram*, através do perfil do LAPEHIS, despertou o interesse da comunidade perceptível no número de visualizações que os vídeos tiveram, somando os *views* dos seis vídeos produzidos, o projeto alcançou mais de 34 mil acessos online, evidenciando seu impacto. Este artigo analisa o projeto sob a perspectiva da História Pública, destacando suas contribuições para a preservação do patrimônio cultural, a educação patrimonial e o diálogo entre academia e comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: história pública; Porangatu; identidade comunitária; educação patrimonial; patrimônio cultural.

Porangatu en Historia: una experiencia de Historia Pública en la valoración del patrimonio local

RESUMEN: El proyecto "Porangatu em História: Descobrindo as Origens dos Nomes que Marcam Nossa Terra", desarrollado en 2024 en la Universidad Estadual de Goiás (UEG), por el curso de Licenciatura en Historia a través del Laboratorio de Investigación y Enseñanza de Historia (LAPEHIS), tuvo como objetivo rescatar y difundir los orígenes de los nombres de calles, plazas y localidades de Porangatu, Goiás. La iniciativa buscó no solo ampliar la comprensión de la población sobre la historicidad del espacio urbano, sino también promover la conciencia histórica y fortalecer la identidad comunitaria. La metodología articuló investigación documental con estrategias de divulgación científica accesible, entre ellas la producción de vídeos explicativos compartidos en *Instagram*, que en conjunto superaron las 34.000 visualizaciones. Este significativo alcance digital revela el impacto social del proyecto y destaca la importancia de la historia pública como práctica que trasciende los límites académicos. Este artículo analiza el proyecto desde la perspectiva de la historia pública, subrayando sus aportes a la preservación del patrimonio cultural, la educación patrimonial y el diálogo entre universidad y comunidad.

PALABRAS-CLAVE: historia pública; Porangatu; identidad comunitaria; educación patrimonial; patrimonio cultural.

Porangatu in History: a Public History experience in the valorization of local heritage

ABSTRACT: The project "Porangatu em História: Descobrindo as Origens dos Nomes que Marcam Nossa Terra", developed in 2024 at the State University of Goiás (UEG) by the History Degree course through the Laboratory of Research and Teaching of History (LAPEHIS), aimed to rescue and disseminate the origins of the names of streets, squares, and localities in Porangatu, Goiás. The initiative sought not only to broaden the community's understanding of the historicity of urban space but also to promote historical awareness and strengthen community identity. The methodology combined documentary research with accessible scientific dissemination strategies, particularly the production of explanatory videos shared on *Instagram*, which together exceeded 34,000 views. This expressive digital engagement demonstrates the project's social impact and highlights the relevance of public history as a practice that transcends academic boundaries. This article analyzes the project from the perspective of public history, emphasizing its contributions to the preservation of cultural heritage, heritage education, and the dialogue between academia and community.

KEYWORDS: public history; Porangatu; community identity; heritage education; cultural heritage.

Porangatu em História: uma experiência de História Pública na valorização do patrimônio local

MARIA JULIANA DE FREITAS ALMEIDA
MAX LANIO MARTINS PINA

Introdução

A História Pública, enquanto disciplina emergente e campo de atuação profissional, tem se consolidado globalmente como um vetor essencial para a democratização do conhecimento histórico, promovendo a interação entre o passado e as demandas socioculturais contemporâneas.¹ Este movimento, que transcende as fronteiras acadêmicas tradicionais, visa tornar a historiografia mais acessível e relevante para públicos diversos, engajando-os ativamente na construção e interpretação das narrativas históricas. No contexto brasileiro, essa abordagem adquire particular relevância, respondendo à crescente demanda por uma historiografia mais inclusiva, participativa e socialmente engajada, capaz de dialogar com as múltiplas realidades e experiências da sociedade civil.²

Nessa perspectiva, o papel do historiador é redefinido, expandindo-se para além da pesquisa e do ensino universitário. O profissional da história assume uma posição de mediador cultural e agente de transformação social, com responsabilidades éticas e políticas na preservação da memória coletiva, na promoção de uma educação histórica crítica e na influência sobre as políticas públicas. Ao combater distorções e anacronismos históricos, o historiador contribui para a formação de uma consciência histórica que capacita as comunidades a compreenderem e enfrentar os desafios contemporâneos, como as desigualdades sociais, as crises identitárias e a polarização política.³ A História Pública, portanto, não se restringe à mera disseminação de informações, mas se

¹ Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai, *Introdução à história pública*, São Paulo: Letra e Voz, 2011.

² Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago, *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*, São Paulo: Letra e Voz, 2016.

³ Jill Liddington, "História pública e consciência histórica", in Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai (orgs.), *Introdução à história pública*, São Paulo: Letra e Voz, 2011, pp. 19-27.

estabelece como um pilar fundamental para a edificação de uma cidadania informada, crítica e engajada.⁴

A compreensão da História Pública vai além da simples divulgação de conteúdos históricos por meio de veículos tradicionais, como livros, documentários ou mídias de massa. Ela abrange um processo de diálogo ativo e colaborativo, envolvendo historiadores, comunidades, movimentos sociais e agentes não acadêmicos, frequentemente denominados amadores. Essa abordagem se caracteriza pela produção e compartilhamento de conhecimento histórico de maneira acessível e engajada, legitimando uma pluralidade de narrativas e perspectivas. Isso inclui, por exemplo, as contribuições provenientes de práticas de história oral, artes visuais, cinema e mídias digitais. Em um cenário onde a História é frequentemente mobilizada, e por vezes distorcida, em memes,⁵ mídias e debates para legitimar ideias, a História Pública reconhece seu papel como uma bússola social e política, orientando a compreensão crítica do passado e suas implicações no presente.⁶

O advento das tecnologias digitais no panorama contemporâneo tem ampliado exponencialmente as possibilidades de disseminação do conhecimento histórico. Narrativas podem ser compartilhadas em tempo real, alcançando públicos diversificados que variam desde pequenas comunidades locais até audiências globais. Contudo, esse processo não está isento de desafios intrínsecos. A necessidade de equilibrar o rigor acadêmico com a acessibilidade da informação, bem como o risco de apropriações distorcidas ou descontextualizadas dos dados históricos, exige uma atenção metodológica e ética constante. A publicização da história, nesse contexto, contribui significativamente para a democratização⁷ dos usos do passado, permitindo que a história ocupe novos espaços de discussão para além do ambiente escolar, estendendo-se às comunidades locais e ao vasto ambiente virtual. Essa expansão de fronteiras exige do historiador uma capacidade adaptativa e uma compreensão aprofundada das novas dinâmicas de produção e consumo de conteúdo.⁸

O projeto extensionista “Porangatu em História: Descobrindo as Origens

⁴ Bruno Leal Pastor de Carvalho e Ana Paula Tavares Teixeira, *História pública e divulgação de história*, São Paulo: Letra e Voz, 2019.

⁵ Franciele Silva Soares, Leonardo da Silva Lopes e Wilian Bonete Junior, “Sobre História (Pública) no Instagram: experiências e potencialidades do meme para a divulgação e construção do conhecimento histórico”, *Convergências: Estudos em Humanidades Digitais*, v. 2, n. 6 (2024), pp. 171–190, <https://doi.org/10.59616/cehd.v2i6.2011>.

⁶ Mauad, Almeida, Santhiago, *História Pública no Brasil...*, p. 11.

⁷ Almeida e Rovai, *Introdução à história pública*, p. 8-9.

⁸ Marta Gouveia de Oliveira Rovai, “Ensino de história e a história pública: os testemunhos da Comissão Nacional da Verdade em sala de aula”, *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15 (2019), pp. 89–110, <https://doi.org/10.20949/rhhj.v8i15.506>.

dos Nomes que Marcam Nossa Terra” emerge como um exemplo paradigmático dessa abordagem.⁹ Ao investigar e divulgar as origens toponímicas do município de Porangatu, a iniciativa envolveu ativamente alunos extensionistas, professores, moradores e o público em um processo colaborativo de construção do conhecimento. A utilização de plataformas digitais, como o Instagram, não somente ampliou o alcance da pesquisa, mas também questionou os limites tradicionais entre a academia e a sociedade, demonstrando, simultaneamente, como a toponímia¹⁰ pode atuar como um poderoso vetor para a edificação de identidades históricas locais. A escolha de topônimos como objeto de estudo permite uma conexão direta com o cotidiano da comunidade, transformando elementos aparentemente banais em pontos de partida para reflexões históricas profundas.

Nesse sentido, o projeto estabelece um diálogo direto com a proposição de Stephanie Anderson acerca da dimensão narrativa na educação histórica. Esta dimensão, que se configura como um imperativo curricular, transcende as competências técnicas do pensamento histórico, buscando expor criticamente tanto os acadêmicos quanto a comunidade aos modelos de narrativas nacionais hegemônicas e suas respectivas contranarrativas.¹¹ A ênfase recai, particularmente, sobre as vozes e memórias silenciadas, como as dos povos indígenas, minorias étnicas e as especificidades das memórias locais. Ao investigar as toponímias, o projeto não se limita à recuperação de fatos históricos; ele se propõe a desconstruir narrativas dominantes que frequentemente ignoram os sentidos simbólicos e históricos atribuídos pelos próprios moradores. Dessa forma, ruas e lugares são ressignificados, transformando-se em “lugares de pedagogia” onde a memória coletiva é ativamente construída, contestada e negociada. Este processo de ressignificação espacial é crucial para a formação de uma consciência histórica mais abrangente e crítica.¹²

O projeto “Porangatu em História” evidencia a centralidade da História na vida política e cultural contemporânea. Tal constatação reforça a imperatividade de conceber a disciplina histórica como um guia e uma orientação social, capaz de oferecer referenciais para a compreensão complexa do presente. Além disso, a iniciativa expande o conceito de História Pública, não

⁹ Maria Juliana de Freitas Almeida, *Porangatu em História: descobrindo as origens dos nomes que marcam nossa terra*, Goiânia: Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, Universidade Estadual de Goiás, 2024.

¹⁰ Daniel Silva Queiroga, *Paisagem Cultural e Patrimônio Toponímico*, Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2025.

¹¹ Stephanie Anderson, “The stories nations tell: Sites of pedagogy, historical consciousness, and national narratives”, *Canadian Journal of Education / Revue canadienne de l'éducation*, v. 40, n. 1 (2017), pp. 1-38.

¹² Anderson, “The stories nations tell...”, p. 15-22.

o restringindo à mera divulgação histórica em formatos tradicionais, mas englobando a colaboração ativa com comunidades, movimentos sociais e práticas amadoras. Essa ampliação legitima outras formas de produzir e compartilhar o conhecimento histórico, reconhecendo a diversidade de fontes e metodologias. Por fim, o projeto aprofunda a discussão sobre o papel social do historiador, propondo que sua atuação não se limite ao âmbito acadêmico, mas se estenda às esferas política e cultural, implicando uma responsabilidade intrínseca na preservação da memória coletiva, no aprimoramento do ensino e na formulação de políticas públicas culturalmente sensíveis e historicamente embasadas.

Diante do exposto, este artigo propõe uma análise do projeto “Porangatu em História” sob a perspectiva da História Pública. Esta é compreendida como um campo de mediação entre o conhecimento histórico produzido no ambiente acadêmico e sua circulação em uma esfera social mais ampla. O objetivo central é evidenciar de que maneira a iniciativa, ao articular pesquisa rigorosa, resgate da memória e práticas comunitárias participativas, contribui para a valorização do patrimônio cultural local. Este patrimônio é entendido não somente como um conjunto de bens materiais e imateriais, mas como uma expressão viva da identidade coletiva e dos complexos processos de ressignificação da memória social. A reflexão aqui apresentada insere-se, portanto, no debate contemporâneo acerca da democratização¹³ do conhecimento histórico, ressaltando o papel fundamental dos projetos de História Pública na construção de narrativas plurais, no fortalecimento dos vínculos comunitários e na promoção de políticas de preservação cultural que reconheçam e valorizem as especificidades locais. A abordagem metodológica e os resultados do projeto servem como um estudo de caso para ilustrar a potência da História Pública na construção de pontes entre o passado e o presente, entre a academia e a sociedade.

História Pública: conceitos e práticas

A História Pública constitui um campo de estudo e de práxis que se dedica à investigação e à operacionalização da maneira pela qual o conhecimento histórico é apresentado, interpretado e aplicado fora dos limites do ambiente acadêmico convencional. Este campo envolve uma interação dinâmica e multifacetada entre historiadores profissionais, o público em geral e uma variedade de instituições, tais como museus, arquivos, instituições de ensino e veículos de comunicação. O propósito fundamental é tornar a história mais

¹³ Almeida e Rovai, *Introdução à história pública*, p. 8.

acessível, compreensível e relevante para a sociedade, transcendendo o público especializado de acadêmicos e pesquisadores. Para tanto, a História Pública emprega uma diversidade de formatos e mídias, incluindo produções audiovisuais, exposições interativas, plataformas digitais e comemorações cívicas, entre outros, visando engajar um espectro mais amplo de audiências.¹⁴

Na conjuntura contemporânea, a História Pública experimenta uma notável expansão, superando as fronteiras das instituições tradicionais e incorporando ativamente novas tecnologias e formatos que promovem uma maior interatividade e participação do público.¹⁵ No Brasil, essa prática tem se fortalecido por meio de iniciativas que valorizam as memórias locais, com especial destaque para projetos que empregam a metodologia da história oral. Ao integrar uma multiplicidade de vozes e perspectivas, particularmente aquelas que foram historicamente marginalizadas ou silenciadas nas narrativas oficiais, a história oral promove um engajamento profundo da comunidade com seu passado. Essa abordagem incentiva a participação ativa na interpretação e na discussão histórica, estimulando uma reflexão crítica sobre como a história é mobilizada para acomodar identidades, políticas e memórias coletivas.¹⁶ A inclusão dessas vozes contribui para uma historiografia mais democrática e representativa.

Entretanto, a incorporação de práticas digitais na História Pública, embora promissora, suscita questões pertinentes relativas à sustentabilidade e à permanência dos conteúdos produzidos. Plataformas digitais, como o Instagram, estão sujeitas a alterações algorítmicas ou, em casos extremos, ao desaparecimento, o que pode comprometer o acesso a informações históricas a longo prazo. Adicionalmente, a velocidade de consumo de conteúdo nas redes sociais pode induzir a uma superficialidade nas análises históricas, demandando dos historiadores uma habilidade aprimorada para sintetizar complexidades sem sacrificar a precisão conceitual e o rigor metodológico. O desafio reside em comunicar concisamente sem banalizar o conhecimento histórico.

A História Pública não se limita a uma mera representação do passado, ela se configura como um processo ativo de construção e ressignificação, com o potencial de gerar impactos significativos na identidade e na memória coletiva

¹⁴ Daniel Ferreira da Silva, “A História Pública e seus quatro pilares em perspectivas aos novos historiadores: combates e narrativas sobre o profissionalismo e a prática de se fazer história”, *Faces da História*, v. 11, n. 2 (2024), pp. 241–260.

¹⁵ Everardo Paiva de Andrade, “História pública e ensino de história: convergências entre a escrita da história e o ensino em contexto”, *Estudos Ibero-Americanos*, v. 47, n. 2 (2021), pp. 1–6, <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2021.2.40294>.

¹⁶ Igor Lemos Moreira, “Escrever biografias em diálogo com sujeitos vivos: notas sobre impactos da História Oral e da História Pública na narrativa historiográfica”, *Outros Tempos*, v. 21, n. 38 (2024), pp. 31–58, <https://doi.org/10.18817/ot.v21i38.1092>.

de uma sociedade. A História Pública pode reinterpretar o passado, no sentido de que as narrativas históricas são intrinsecamente moldadas por contextos sociais, políticos e culturais específicos.¹⁷ Assim, não existe uma única narrativa histórica que detenha a verdade exclusiva, ao contrário, a História é uma construção que reflete as escolhas, os interesses e as perspectivas de diferentes grupos sociais e políticos. Essa compreensão desmistifica a ideia de uma história monolítica e imutável, abrindo espaço para a pluralidade de interpretações.¹⁸

Essa perspectiva adquire maior profundidade quando articulada com a crítica de Joaquim Prats que denuncia veementemente o uso ideológico da História escolar. Este autor espanhol argumenta que a História, quando instrumentalizada como ferramenta de nacionalismo defensivo e de construção de uma identidade essencialista, suplanta a capacidade de compreensão crítica das sociedades. A História científica deve ser concebida como um saber em constante construção, cuja missão primordial é desmistificar mitos e interrogar narrativas dominantes, em vez de reforçá-las acriticamente.¹⁹ Nesse sentido, a História Pública se estabelece como uma via democrática, enfrentando o desafio de produzir e difundir saberes diversos sem incorrer em simplificações, banalizações ou deturpações. Seu objetivo é fortalecer trocas e aprendizados coletivos, promovendo uma compreensão mais rica e multifacetada do passado.²⁰

Não obstante sua relevância, a História Pública enfrenta uma série de dificuldades e limitações inerentes à sua natureza multifacetada. Essas dificuldades se manifestam em diversas dimensões, abrangendo desde questões conceituais e metodológicas até desafios práticos, institucionais, políticos e sociais. Ricardo Santhiago aponta que uma das principais dificuldades da História Pública, e paradoxalmente uma de suas características mais ricas e intrínsecas, reside na “inviabilidade de reduzir as inúmeras questões, experiências, soluções, invenções e traquinagens a uma compreensão única e inequívoca de História Pública”.²¹ Essa afirmação sublinha que, por se tratar de um campo vasto e multifacetado, atravessado por uma miríade de práticas e abordagens, qualquer tentativa de enquadrá-lo em uma definição singular e

¹⁷ Luis Fernando Cerri, “Usos públicos da história no Brasil contemporâneo: demandas sociais e políticas de Estado”, *Araucária: Revista Iberoamericana de Filosofía, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales*, v. 8, n. 15 (2006), pp. 3–19.

¹⁸ Cerri, “Usos públicos da história no Brasil contemporâneo...”, p. 6-10.

¹⁹ Joaquim Prats, “Combates pela História na educação: Enseñanza de las ciencias sociales”, *Revista de Investigación*, n. 15 (2016), pp. 145–153.

²⁰ Marta Gouveia de Oliveira Rovai e Michel Kobelinski (orgs.), *História Pública: para quem, para quê, como e com quem?*, Guarapuava: Editora Unicentro, 2024.

²¹ Ricardo Santhiago, “Abraçácio”, in Marta Gouveia de Oliveira Rovai e Michel Kobelinski (orgs.), *História Pública: para quem, para quê, como e com quem?*, Guarapuava: Editora Unicentro, 2024, pp. 9-11 (p. 9).

estática são inerentemente falha e limitante. A complexidade do campo exige uma abordagem flexível e aberta à diversidade de manifestações.

Santhiago descreve ainda que a caracterização dos modelos teóricos e metodológicos da História Pública como “deslizantes, quase sempre movediços, às vezes vergáveis”, revelando a essência adaptativa dessa prática historiográfica.²² Diferentemente de outros campos historiográficos, que frequentemente se apoiam em metodologias rígidas e consolidadas, a História Pública demanda abordagens maleáveis, capazes de se ajustar às singularidades de cada contexto, público e propósito específico. Essa natureza dinâmica manifesta-se na valorização de processos como trocas, negociações, parcerias e mediações, bem como na adoção do conceito de autoridade compartilhada. Este último desloca o historiador da posição exclusiva de detentor do saber para um papel colaborativo, onde o conhecimento é construído em conjunto com a comunidade. Assim, os referenciais teóricos da História Pública não somente se moldam às circunstâncias, mas também se transformam continuamente, refletindo um compromisso intrínseco com a escuta ativa, o diálogo horizontal e a construção conjunta do conhecimento histórico. Essa maleabilidade metodológica é um dos pilares de sua eficácia e relevância social.²³

A fluidez conceitual da História Pública, evidencia um campo em constante efervescência, onde os limites teóricos e metodológicos são continuamente rediscutidos e reformulados. Essa aparente instabilidade não denota fragilidade, mas sim uma potência. Ao permitir que termos se sobreponham, se tornem temporários ou modifiquem seu sentido conforme o contexto, a História Pública se afiança como uma prática viva e orgânica, moldada pelo diálogo contínuo entre múltiplos saberes e públicos.²⁴ Sua natureza provisória e relacional a transforma em um dispositivo conceitual ágil, apto a responder aos desafios contemporâneos enfrentados pelos historiadores, tais como a gestão da pluralidade de narrativas, a urgência da inclusão de vozes marginalizadas e a necessidade premente de engajamento social. Longe de buscar uma definição estática, a História Pública abraça sua dinamicidade como um elemento constitutivo, permitindo-lhe ser um instrumento eficaz na construção de uma historiografia mais democrática e socialmente relevante.

Adicionalmente, a História Pública expande suas dimensões ao incorporar temáticas correlatas, como identidade, território, afetos e justiça social. Essa ampliação reconhece que tanto a memória quanto o patrimônio são construções coletivas, sujeitas a constantes negociações e ressignificações. A

²² Santhiago, “Abraçácio”, p. 9.

²³ Mauad, Almeida e Santhiago, *História Pública no Brasil...*, p. 9-11.

²⁴ Santhiago, “Abraçácio”, p. 9.

História Pública revitaliza o patrimônio e a memória ao torná-los públicos, participativos e socialmente relevantes. Ela promove, assim, uma ciência histórica mais inclusiva, engajada com os desafios contemporâneos e profundamente comprometida com a democratização²⁵ do saber histórico. A intersecção dessas temáticas permite uma compreensão mais holística e contextualizada do passado e suas reverberações no presente.

O projeto de extensão “Porangatu em História”, ao investigar as origens dos nomes, frequentemente esquecidas ou simplificadas em versões oficiais e opera precisamente nessa direção. Ele não se propõe a oferecer uma versão correta ou definitiva da história, mas sim a abrir espaço para múltiplas interpretações, confrontando a ideia de que a memória local deve ser subsumida a uma narrativa nacional unificada e hegemônica. Dessa forma, o trabalho desenvolvido no Laboratório de Pesquisa e Ensino de História (LAPEHIS) alinha-se à defesa de Joaquim Prats por uma história que “contribui para a explicação da gênese, estrutura e evolução das sociedades presentes e passadas”, e que, acima de tudo, promove a “compreensão das diferentes tradições e legados culturais”.²⁶ Essa abordagem pluralista é fundamental para a construção de uma historiografia mais rica e representativa.

A História Pública, em sua essência, não somente reflete o passado, mas também contribui ativamente para a sua construção e ressignificação contínua. O projeto de extensão em análise alinha-se a esses princípios ao utilizar e propor a produção de vídeos curtos e a veiculação em redes sociais como ferramentas para a divulgação do conhecimento histórico. A iniciativa destacou-se por evidenciar uma demanda latente da comunidade por compreender sua própria história e suas raízes culturais, demonstrando a eficácia de abordagens inovadoras na comunicação histórica. A utilização de mídias digitais permite alcançar um público mais amplo e diversificado, que talvez não fosse atingido por métodos tradicionais de divulgação.

Essa práxis também ecoa a reflexão de Edson Lima, que argumenta que a História Pública não se restringe a tornar o passado público, mas provoca um exercício de reescrita, uma “outra escrita da história”. Esta escrita consegue desafiar as convenções cientificistas do século XIX e abrir espaço para a emergência de múltiplas vozes e perspectivas. Nesse viés, o projeto de extensão desenvolvido em Porangatu não se limita a informar; ele instiga a comunidade a repensar sua própria relação com o território, reconhecendo que “todas as

²⁵ Almeida e Rovai, *Introdução à história pública*, p. 7-11.

²⁶ Prats, “Combates pela História na educação...”, p. 148.

narrativas contadas sobre nós devem ser recontadas”.²⁷ Essa perspectiva sublinha a importância de uma constante revisão e reinterpretação das narrativas históricas, especialmente aquelas que moldam a identidade e a percepção de um lugar.

“Porangatu em História”: metodologia e execução de uma ação extensionista

Para uma análise contextualizada e aprofundada do projeto “Porangatu em História”, torna-se necessário uma descrição densa e detalhada de sua trajetória, desde a concepção inicial até a fase de divulgação dos resultados. O objetivo é ultrapassar o relato superficial, buscando compreender as escolhas metodológicas subjacentes, os processos de trabalho implementados e os desafios práticos que moldaram a experiência. Essa contextualização é essencial para situar a iniciativa no âmbito da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e, mais especificamente, na comunidade de Porangatu, evidenciando as interconexões entre a academia e o contexto local.

Faz-se pertinente, inicialmente, uma breve apresentação histórica de Porangatu. As origens do município remontam ao século XVIII, com o surgimento do povoado conhecido como Descoberto da Piedade, impulsionado pela exploração aurífera. Contudo, a modéstia dos achados de ouro direcionou rapidamente a economia local para atividades de subsistência, com a pecuária consolidando-se como a principal base econômica da região, status que mantém até os dias atuais. O crescimento do povoado do Descoberto foi gradual, mas constante, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Em 1931, a localidade foi desmembrada do município de Pilar e incorporada ao recém-criado município de Santana do Machambombo, atualmente conhecido como Uruaçu. Posteriormente, em 31 de dezembro de 1943, a localidade recebeu sua denominação atual, Porangatu, termo de origem tupi que significa “bela paisagem”. Finalmente, em 25 de agosto de 1948, Porangatu alcançou sua emancipação política, estabelecendo-se como um município de relevância no norte goiano. Essa trajetória histórica complexa é fundamental para compreender as camadas de memória que o projeto buscou explorar.²⁸

²⁷ Edson Silva de Lima, “Todas narrativas contadas sobre nós, devem ser recontadas? História pública e ensino de história”, *Revista Transversos*, n. 31 (2024), pp. 162–181, <https://doi.org/10.12957/transversos.2024.88543>.

²⁸ Maria Juliana de Freitas Almeida e Max Lanio Martins Pina, *Do Descoberto à Porangatu: pelos caminhos da História, da Memória e do Patrimônio*, Porangatu: Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de Porangatu, 2025.

A emancipação política de Porangatu em 1948 coincidiu com uma intensa onda de migração vinda de outras áreas de Goiás e de estados como Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Maranhão. A chegada desses novos habitantes, aliada à criação do município, moldou uma narrativa histórica que priorizou o período pós-emancipação. Isso resultou no silenciamento de mais de um século da história do antigo Descoberto da Piedade, relegando ao esquecimento aspectos cruciais da formação histórica local.²⁹ Este silenciamento, muitas vezes inconsciente, é um dos pontos centrais que o projeto de extensão buscou abordar e desconstruir.

Entre esses silenciamentos, destacam-se a pouca visibilidade atribuída ao período anterior à emancipação, a marginalização das práticas rurais e de subsistência que marcaram o antigo Descoberto da Piedade, e a descontinuidade com narrativas que envolvem a presença indígena e a formação social do território.

Apesar desse silenciamento historiográfico, vestígios da história do Descoberto da Piedade persistem e se manifestam de forma vívida na própria cidade, especialmente em sua toponímia. Nomes de ruas, bairros e regiões do município ainda preservam referências ao passado, constituindo uma espécie de memória latente que se inscreve no espaço urbano e rural. Contudo, tais marcas são, em grande medida, naturalizadas pelos habitantes, que convivem cotidianamente com elas sem, muitas vezes, reconhecer o significado histórico e cultural que carregam.³⁰ Esse descompasso entre a presença material dos topônimos e a consciência histórica de seus significados revela como a memória coletiva pode ser fragmentada, preservando sinais do passado, mas esvaziados de seu contexto e de sua densidade histórica. A intervenção do projeto visa preencher essa lacuna, resgatando o sentido original desses elementos.

É precisamente nesse ponto que se evidencia a importância da atuação acadêmica e extensionista. Projetos desenvolvidos em anos anteriores pelo LAPEHIS já haviam tomado a cidade e a região como objeto de estudo, contribuindo para a emergência de memórias e a ampliação das narrativas sobre o passado local. No caso específico do projeto “Porangatu em História”, o foco foi mobilizar as memórias latentes do antigo Descoberto da Piedade, ainda presentes na toponímia contemporânea, buscando enriquecer os sentidos históricos para além das abordagens que privilegiam exclusivamente o período pós-emancipação.³¹ Essa estratégia permite uma compreensão mais abrangente e multifacetada da história do município, integrando diferentes temporalidades e

²⁹ Almeida e Pina, *Do Descoberto à Porangatu...*, p. 29-31.

³⁰ Queiroga, *Paisagem Cultural e Patrimônio Toponímico*.

³¹ Almeida, *Porangatu em História...*

perspectivas.

A UEG, notadamente por meio de seus campi localizados no interior do estado, como a Unidade Universitária de Porangatu (UnU), tem se distinguido por sua robusta vocação extensionista. A extensão universitária, um dos pilares do tripé acadêmico, ao lado do ensino e da pesquisa, pressupõe uma relação de troca bidirecional e dialógica entre a universidade e a sociedade. Nos cursos de licenciatura, como o de História, essa prática adquire uma dimensão ainda mais significativa, ao capacitar os futuros historiadores-professores a atuarem como mediadores culturais em suas respectivas comunidades, aplicando o conhecimento acadêmico em contextos práticos e sociais. Essa formação integral é crucial para a relevância social da profissão.

Nesse sentido, a UEG UnU Porangatu insere-se em um contexto mais amplo de universidades brasileiras que têm envidado esforços para fortalecer sua relação com a sociedade, particularmente em regiões periféricas onde o acesso a recursos culturais e acadêmicos é frequentemente limitado. A extensão universitária, nesse ambiente, configura-se como um instrumento vital de democratização do conhecimento, permitindo que a universidade atue não somente como produtora de saberes, mas como facilitadora de diálogos e intercâmbios entre diferentes agentes sociais.³² No caso específico do projeto “Porangatu em História”, essa função é ampliada pela utilização estratégica de ferramentas digitais, que possibilitam superar barreiras geográficas e alcançar públicos que, de outra forma, permaneceriam distantes do ambiente acadêmico.³³ A tecnologia, assim, torna-se uma aliada na promoção da inclusão e do acesso ao conhecimento.

O LAPEHIS da UEG UnU Porangatu desempenha um papel central como núcleo catalisador dessas iniciativas. Coordenado pela professora Maria Juliana de Freitas Almeida, o laboratório não se restringe à pesquisa acadêmica tradicional, mas busca ativamente desenvolver projetos que estabeleçam uma conexão orgânica entre a produção historiográfica e as demandas sociais e culturais da comunidade local e regional. O projeto “Porangatu em História” surge, portanto, não como uma ação isolada, mas como parte integrante de uma visão institucional que concebe a universidade como um agente proativo de transformação social e cultural. Essa abordagem demonstra um compromisso com a relevância e o impacto social da pesquisa histórica.

A execução do projeto foi meticulosamente planejada em etapas que articulavam de forma sinérgica pesquisa, produção de conteúdo e capacitação

³² Marcelo Costa Fernandes et al., “Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas”, *Educação em Revista*, v. 28, n. 4 (2012), pp. 169-194, <https://doi.org/10.1590/S0102-46982012000400007>.

³³ Almeida, *Porangatu em História*...

dos envolvidos. A primeira decisão estratégica crucial foi a seleção dos seis topônimos a serem investigados no ano de 2024: Rua Dunga, Setor Grupiara, Barreiro, Poço do Milagre, Descoberto da Piedade e Presídio de Santa Cruz. A escolha desses topônimos específicos foi guiada por critérios que garantiam a riqueza da pesquisa e o potencial de engajamento da comunidade.

Os nomes de pessoas e lugares, portanto, transcendem a mera função de identificação ou orientação, e emergem como produtos complexos de um sistema de nomenclatura que reflete o estilo de vida, os valores e as cosmovisões de uma cultura. Uma análise mais atenta revela que esses nomes podem ter significados enigmáticos, mesmo quando associados a locais e indivíduos amplamente conhecidos.³⁴ A decifração desses significados ocultos é um dos objetivos centrais da pesquisa toponímica.

Embora os órgãos responsáveis pela salvaguarda do patrimônio cultural nem sempre incluam os topônimos em suas políticas formais de preservação, o estudo histórico e do significado social dos nomes atribuídos aos logradouros revela-se essencial para resgatar o sentido original desses espaços. Nomear é um ato que vai além da simples identificação; é um gesto simbólico de apropriação e de inscrição da memória coletiva no território, transformando o espaço físico em um lugar com história. Refletir sobre a toponímia de um local ou de uma região é, portanto, um exercício fundamental para compreender como a linguagem molda a relação das pessoas com o território, desvelando vínculos afetivos, históricos e culturais que, muitas vezes, permanecem invisíveis nas dinâmicas urbanas contemporâneas. Essa reflexão permite uma reconexão com as raízes e as narrativas que compõem a identidade de uma comunidade.³⁵

Os nomes dos logradouros funcionam como pontes conceituais e temporais entre o presente e o passado de uma cidade. Mesmo estando sujeitos às alterações ao longo do tempo, os topônimos preservam traços indelévels da história, do idioma e da cultura local e, em alguns casos, de um passado silenciado, negligenciado ou esquecido. Por essa razão, a toponímia é reconhecida como uma parte integrante e valiosa do patrimônio cultural, capaz de enriquecer a percepção dos habitantes sobre o espaço que ocupam. Ao transitar por ruas, praças e bairros que possuem nomes carregados de história, os cidadãos não somente se orientam geograficamente, mas também se conectam com narrativas que contribuem para a construção de sua história pessoal e de sua

³⁴ Maria Cândida Trindade Costa de Seabra e Aparecida Negri Isquierdo, "A Onomástica em diferentes perspectivas: resultados de pesquisas", *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 3 (2018), pp. 993-1000.

³⁵ Karylleila dos Santos Andrade e Verônica Ramalho Nunes, "Cultura e identidade no estudo dos nomes de lugares", *Revista GTLex*, v. 1, n. 1 (2015), pp. 164-183, <https://doi.org/10.14393/Lex1-v1n1a2015-10>.

identidade coletiva. Essa conexão é vital para a formação de um senso de pertencimento e continuidade.

A escolha dos topônimos para o projeto de extensão não foi arbitrária, mas sim pautada por critérios rigorosos e bem definidos. Conforme relatado, os critérios combinaram três eixos principais: a) relevância histórica e cultural: buscaram-se nomes que remetessem a diferentes estratos da história local, desde os primórdios da colonização (como o “Descoberto da Piedade”) até aspectos da cultura popular mais recente (como o “Poço do Milagre”); b) potencial narrativo: foram selecionados nomes que sugeriam histórias intrigantes e que poderiam despertar a curiosidade do público (exemplos incluem “Setor Grupiara”, “Rua Dunga” e “Presídio de Santa Cruz”); c) viabilidade da pesquisa: a existência de fontes previamente conhecidas, tanto documentais quanto orais, constituiu um fator decisivo. A possibilidade de cotejar diferentes tipos de fontes era central para a proposta metodológica, garantindo a robustez e a profundidade da investigação. Esses critérios asseguraram que os topônimos escolhidos fossem não somente interessantes, mas também passíveis de uma pesquisa aprofundada e multifacetada.

Com os topônimos devidamente definidos, os estudantes extensionistas, organizados em seis grupos de trabalho, iniciaram a fase de imersão investigativa. Esta etapa foi realizada sob a supervisão atenta da coordenadora do projeto, a professora Maria Juliana de Freitas Almeida. O processo de pesquisa combinou três frentes metodológicas: a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica e a História Oral. Essa abordagem integrada permitiu uma coleta de dados abrangente e a construção de narrativas ricas em detalhes e perspectivas.³⁶

Os grupos de pesquisa realizaram consultas em arquivos públicos e acervos particulares, buscando registros de terras, atas da câmara municipal, jornais antigos e qualquer documento que pudesse fornecer pistas sobre a origem e o significado dos nomes investigados. Esta etapa foi fundamental para garantir o rigor científico do trabalho, fornecendo uma base factual sólida. Concomitantemente, foi realizado um levantamento sistemático de obras sobre a história de Porangatu e da região do Norte Goiano, como o livro “O Sertão de Amaro Leite no Século XIX”.³⁷

Essas fontes bibliográficas forneceram o contexto histórico mais amplo para a formação da região e a origem de seus primeiros núcleos populacionais, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e

³⁶ Almeida, *Porangatu em História...*

³⁷ Maria Juliana de Freitas Almeida, *O Sertão de Amaro Leite no Século XIX*, Curitiba: Editora CRV, 2024.

econômicas. Finalmente, os extensionistas foram a campo para realizar entrevistas com moradores antigos, reconhecidos pela comunidade como guardiões da memória. Foram realizadas entrevistas com moradores locais, que ultrapassam a mera coleta de dados, configurando-se como momentos de diálogo e troca, nos quais as narrativas afetivas e as experiências vividas pelos entrevistados trouxeram uma dimensão humana e novas camadas de significado às informações obtidas nos documentos. A combinação dessas abordagens permitiu uma reconstrução histórica multifacetada e sensível às diferentes vozes.

Essa abordagem metodológica, que integra fontes documentais e histórias orais, alinha-se às melhores práticas da História Pública contemporânea. Ela reconhece a importância de incorporar múltiplas perspectivas para construir narrativas históricas mais ricas, complexas e representativas. Contudo, o simples emprego da história oral não garante, por si só, a dimensão pública da pesquisa. É imperativo haver uma intencionalidade ética e política na partilha da autoridade narrativa.³⁸ No projeto desenvolvido no contexto do LAPEHIS, essa premissa foi rigorosamente observada: os moradores não foram meramente “fontes” de informação, mas sim sujeitos ativos que decidiram quais memórias desejavam compartilhar e que participaram ativamente da validação das narrativas finais. Esse processo configura o que Stephanie Anderson denomina contranarrativa nacional, ou seja, uma narrativa que, a partir do local, contesta e rebate as versões oficiais da história nacional, recuperando identidades e memórias que foram historicamente silenciadas.³⁹ A valorização da voz local é, portanto, um pilar central da metodologia do projeto.

O passo subsequente e um dos principais desafios criativos do projeto foi a transformação da pesquisa histórica em um produto audiovisual conciso e atrativo. Reconhecendo que historiadores e professores, em sua formação inicial, não possuem, a princípio, especialização em produção cinematográfica, a coordenação do projeto promoveu uma série de oficinas de capacitação. Nessas oficinas, os estudantes adquiriram noções elementares de roteirização, essenciais para estruturar o material coletado em uma narrativa com início, meio e fim. O foco foi filtrar as informações mais impactantes, que dariam origem a um texto claro, conciso e adequado para a narração. Além disso, foram abordadas técnicas de enquadramento, iluminação e captação de áudio, utilizando os recursos disponíveis, frequentemente, os próprios telefones celulares. Os participantes também aprenderam a editar vídeos, de modo a construir, em conjunto com o texto falado, um texto visual coeso, com cenas cuidadosamente selecionadas,

³⁸ Ricardo Santhiago, “História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo”, *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 23 (2018), pp. 286–309, <http://dx.doi.org/10.5965/2175180310232018286>.

³⁹ Anderson, “The stories nations tell...”, p. 22.

cortes precisos, inserção de imagens, legendas e uma trilha sonora que despertasse a curiosidade e mantivesse a atenção do espectador. Essa capacitação representou um aspecto fundamental do projeto, contribuindo para a formação de um historiador-professor com múltiplas competências, apto a comunicar seu conhecimento em diversas plataformas e formatos. A interdisciplinaridade e a adaptabilidade tornaram-se elementos-chave para o sucesso da iniciativa.

A escolha estratégica do formato audiovisual curto, aliada à utilização de redes sociais, reflete uma compreensão aprofundada das dinâmicas contemporâneas de consumo de conteúdo. Essa abordagem visa alcançar públicos que consomem informações de forma fragmentada e rápida, como as gerações mais jovens e as populações urbanas. No entanto, essa estratégia exige um equilíbrio delicado entre a acessibilidade do conteúdo e o rigor acadêmico, a fim de evitar a simplificação excessiva dos temas históricos. O desafio reside em manter a profundidade da análise sem comprometer a capacidade de engajamento do público. A concisão deve ser um resultado da síntese, e não da superficialidade.⁴⁰

Cada grupo de estudantes extensionistas foi responsável pela produção de um vídeo com duração máxima de três minutos, abordando o topônimo que lhes foi atribuído. O formato dos vídeos combinava elementos narrativos e visuais integradamente: a narração apresentava as informações históricas de maneira clara e didática; os depoimentos, com trechos de entrevistas realizadas com os moradores, conferiam autenticidade e uma dimensão emocional às narrativas; e as imagens mesclavam cenas atuais dos locais investigados com fotografias antigas, mapas e documentos históricos, criando um diálogo visual dinâmico entre o passado e o presente. Essa composição multimídia foi projetada para maximizar o impacto e a compreensão do público.⁴¹

Após a produção dos vídeos, teve início a fase de divulgação. O perfil oficial do LAPEHIS no Instagram (@ueghistoriapgtu) foi a plataforma escolhida por diversas razões. O formato vertical dos *Reels* facilitou o consumo rápido e o compartilhamento do conteúdo. O lançamento em série, com novos “episódios” a cada 20 dias, de agosto a novembro de 2024, criou expectativa no público e incentivou o acompanhamento. A colaboração entre a própria universidade, os professores e os alunos extensionistas foi crucial para a ampla disseminação do conteúdo, ampliando significativamente seu alcance e impacto.

Essa estratégia de divulgação em redes sociais evidencia uma adaptação proativa às dinâmicas contemporâneas de consumo de informação, permitindo

⁴⁰ António José Valpaços Magalhães, *O Instagram como ferramenta complementar ao ensino de História*, Dissertação (Mestrado em Ensino de História), Universidade do Porto, Porto, 2022.

⁴¹ Conteúdo publicado no perfil do Instagram do LapeHis - Laboratório de Pesquisa e Ensino de História, <https://www.instagram.com/ueghistoriapgtu/>.

que o conhecimento histórico alcance públicos que, tradicionalmente, não se engajavam com produções acadêmicas.⁴² É fundamental considerar que a efemeridade das plataformas digitais e as possíveis alterações nos algoritmos podem comprometer a permanência e a acessibilidade dos conteúdos a longo prazo. Dessa forma, a sustentabilidade digital, um desafio inerente a projetos que utilizam essas mídias, exige o desenvolvimento de estratégias de preservação e arquivamento adequadas para que o material mantenha sua relevância para futuras gerações.⁴³ A sustentabilidade digital é um desafio inerente a projetos que utilizam essas mídias.

O resultado alcançado pelo projeto superou amplamente as expectativas iniciais. A previsão de 3.000 visualizações foi significativamente excedida, com mais de 34 mil acessos registrados. Este número não se configura somente como uma métrica de vaidade; ele representa um indicador robusto da demanda latente da comunidade por conhecer sua própria história e da eficácia da metodologia empregada. Projetos que conseguem combinar conteúdo acadêmico rigoroso com linguagens acessíveis e formatos engajadores demonstram um potencial elevado para impactar positivamente a sociedade. O sucesso do “Porangatu em História” valida a premissa de que a História Pública, quando bem executada, pode gerar um interesse genuíno e uma participação ativa do público. Essa validação reforça a importância de investir em abordagens inovadoras para a disseminação do conhecimento histórico.

O projeto “Porangatu em História” emerge como um modelo replicável e inspirador, não somente para outras instituições de ensino superior, mas também para a educação básica. Ele enriquece o campo da História Pública ao integrar os marcos ou engajamentos propostos, os quais são a memória e o patrimônio, o audiovisual, o ensino e as oralidades.⁴⁴ A iniciativa demonstra como a colaboração entre academia e comunidade pode gerar resultados significativos, promovendo uma compreensão mais profunda e democrática do passado.

Diante do exposto, o projeto “Porangatu em História” oferece lições valiosas para futuras iniciativas. A importância de integrar as comunidades como coautoras do conhecimento, a necessidade de equilibrar a acessibilidade do conteúdo com o rigor acadêmico, e a relevância de estratégias sustentáveis para a preservação de conteúdos digitais são aspectos cruciais. Ao incorporar

⁴² Soares, Lopes e Bonete Junior, “Sobre História (Pública) no Instagram...”, pp. 181-182.

⁴³ Faysa de Maria Oliveira e Silva, Sandra de Albuquerque Siebra e Thais Helen do Nascimento Santos, “Preservação digital na Arquivologia: teorias e tecnologias envolvidas”, *Revista Brasileira de Preservação Digital*, v. 4, n. 00 (2023), <https://doi.org/10.20396/rebpred.v4i00.17937>

⁴⁴ Ricardo Santhiago, “Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil”, in Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago (orgs.), *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*, São Paulo: Letra e Voz, 2016, pp. 23-36.

esses princípios, a História Pública pode continuar a ser um instrumento poderoso para a construção de identidades coletivas e a promoção de uma sociedade mais reflexiva, engajada e conectada com seu passado. A continuidade e a expansão de projetos como este são essenciais para o fortalecimento da consciência histórica e do patrimônio cultural.

Além da reconstrução toponímica, o projeto permitiu evidenciar contradições constitutivas das narrativas locais, frequentemente marcadas por silenciamentos e exclusões.

A análise das narrativas mobilizadas ao longo do projeto evidencia que esses silenciamentos não dizem respeito apenas à ausência de determinados grupos sociais, mas à invisibilização de uma temporalidade inteira, o antigo Descoberto da Piedade, cuja memória foi sendo progressivamente substituída por discursos de modernização e progresso atrelados ao período pós-emancipação. Esse processo produz formas de silenciamento que operam por meio da seleção do que deve ser lembrado e do que pode ser esquecido, hierarquizando espacial e identitariamente o urbano sobre o rural, o moderno sobre o antigo e a fundação oficial sobre o passado colonial. Ao suprimir experiências vinculadas ao garimpo modesto, às práticas rurais, às famílias pioneiras e às ocupações indígenas anteriores, essas narrativas hegemônicas criam um campo de tensões no qual memórias subterrâneas persistem, mas carecem de legitimidade pública. Evidenciar tais disputas permite compreender como o patrimônio toponímico funciona não apenas como vestígio histórico, mas como campo de conflitos simbólicos, reafirmando o papel da História Pública em iluminar memórias marginalizadas e questionar os limites da narrativa oficial.

Como analisa Michel Pollak, o silêncio e o esquecimento são também formas de resistência e resultado das disputas entre memórias concorrentes.⁴⁵ No caso de Porangatu, a memória urbana e modernizadora tende a sobrepor-se às lembranças do Descoberto da Piedade, convertendo-as em memórias subterrâneas que persistem à margem da narrativa oficial. Essa sobreposição evidencia como a memória consensual, ao privilegiar determinados marcos identitários, produz zonas de esquecimento que não derivam de conflitos étnicos ou de grupos minorizados, mas de escolhas narrativas que reordenam o passado segundo valores de progresso, urbanidade e modernização.

Reconhecer essas memórias subterrâneas é fundamental para compreender as contradições que atravessam o processo de construção identitária local e reafirmar o papel da História Pública como espaço de escuta e visibilização das vozes historicamente excluídas.

⁴⁵ Michel Pollack, "Memória, esquecimento, silêncio", *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3 (1989), pp. 3-15 (pp. 4-5).

Considerações finais

O projeto de extensão “Porangatu em História: Descobrindo as Origens dos Nomes que Marcam Nossa Terra” representa um estudo de caso da aplicação dos princípios da História Pública no contexto brasileiro. Ao articular pesquisa acadêmica rigorosa com estratégias de engajamento comunitário e disseminação digital, a iniciativa demonstrou a capacidade de transcender os muros da universidade, promovendo uma compreensão mais profunda e participativa do patrimônio cultural local. A superação das expectativas de alcance, com mais de 34 mil visualizações, valida a premissa de que existe uma demanda na sociedade por narrativas históricas que sejam acessíveis e relevantes.

O projeto não somente tornou visível e ressignificou a toponímia de Porangatu, mas também evidenciou o potencial da História Pública para atuar como um catalisador de transformação social. Ao envolver ativamente estudantes, professores e moradores na construção de narrativas sobre o passado local, a iniciativa fortaleceu os laços comunitários e promoveu um senso de pertencimento e identidade coletiva.

Contudo, a experiência também revelou os limites da memória consensual: muitas narrativas locais, ainda ancoradas em discursos de progresso e fundação, omitem as experiências de exclusão de povos indígenas, trabalhadores rurais e mulheres que constituíram o cotidiano histórico da região.

Esses silenciamentos, embora não associados diretamente a grupos minorizados no sentido sociopolítico contemporâneo, revelam um processo contínuo de seleção do passado que privilegia determinadas temporalidades e apaga outras, configurando disputas de sentido que a História Pública permite tornar visíveis. Ao explicitar tais lacunas, a História Pública cumpre seu papel crítico de tensionar o que é lembrado e o que é esquecido, tornando visível a disputa de sentidos que molda o patrimônio e a identidade coletiva.

A metodologia empregada, que combinou pesquisa documental, bibliográfica e história oral, ilustra a importância de abordagens multidisciplinares para a construção de uma historiografia mais rica e representativa.

Além disso, a utilização estratégica de plataformas digitais, como o Instagram, para a veiculação de vídeos curtos (*Reels*), demonstrou a eficácia de adaptar a comunicação histórica às dinâmicas contemporâneas. Essa abordagem ampliou o alcance do projeto e capacitou os futuros historiadores-professores com habilidades essenciais para atuar em um ambiente midiático em constante evolução. Contudo, o sucesso da iniciativa também realça os desafios inerentes ao ambiente digital. A necessidade de estratégias de preservação e arquivamento é crucial, a fim de garantir a perenidade do conhecimento produzido, uma vez

que as plataformas digitais estão em constante mudança.

Em suma, o projeto “Porangatu em História” oferece lições valiosas para o campo da História Pública e para a educação histórica em geral. Ele reitera a importância de integrar as comunidades como coautoras do conhecimento, de equilibrar a acessibilidade com o rigor acadêmico, e de desenvolver estratégias sustentáveis para a disseminação e preservação de conteúdos históricos. A continuidade e a expansão de iniciativas como esta são cruciais para a valorização do patrimônio cultural, consolidando o papel da universidade como um agente ativo no desenvolvimento social.

Referências:

Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago, *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*, São Paulo: Letra e Voz, 2016.

Antônio José Valpaços Magalhães, *O Instagram como ferramenta complementar ao ensino de História*, Dissertação (Mestrado em Ensino de História), Universidade do Porto, Porto, 2022.

Bruno Leal Pastor de Carvalho e Ana Paula Tavares Teixeira, *História pública e divulgação de história*, São Paulo: Letra e Voz, 2019.

Daniel Silva Queiroga, *Paisagem Cultural e Patrimônio Toponímico*, Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2025.

Daniel Ferreira da Silva, “A História Pública e seus quatro pilares em perspectivas aos novos historiadores: combates e narrativas sobre o profissionalismo e a prática de se fazer história”, *Faces da História*, v. 11, n. 2 (2024), pp. 241–260.

Edson Silva de Lima, “Todas narrativas contadas sobre nós, devem ser recontadas? História pública e ensino de história”, *Revista Transversos*, n. 31 (2024), pp. 162–181, <https://doi.org/10.12957/transversos.2024.88543>.

Everardo Paiva de Andrade, “História pública e ensino de história: convergências entre a escrita da história e o ensino em contexto”, *Estudos Ibero-Americanos*, v. 47, n. 2 (2021), pp. 1–6, <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2021.2.40294>.

Faysa de Maria Oliveira e Silva, Sandra de Albuquerque Siebra e Thais Helen do Nascimento Santos, “Preservação digital na Arquivologia: teorias e tecnologias envolvidas”, *Revista Brasileira de Preservação Digital*, v. 4, n. 00 (2023), <https://doi.org/10.20396/rebpred.v4i00.17937>.

Franciele Silva Soares, Leonardo da Silva Lopes e Wilian Bonete Junior, “Sobre História (Pública) no Instagram: experiências e potencialidades do meme para a divulgação e construção do conhecimento histórico”, *Convergências: Estudos em Humanidades Digitais*, v. 2, n. 6 (2024), pp. 171–190, <https://doi.org/10.59616/cehd.v2i6.2011>.

Igor Lemos Moreira, “Escrever biografias em diálogo com sujeitos vivos: notas sobre impactos da História Oral e da História Pública na narrativa historiográfica”, *Outros Tempos*, v. 21, n. 38 (2024), pp. 31–58, <https://doi.org/10.18817/ot.v21i38.1092>.

Jill Liddington, “História pública e consciência histórica”, in Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai (orgs.), *Introdução à história pública*, São Paulo: Letra e Voz, 2011, pp. 19–27.

Joaquim Prats, “Combates pela História na educação: Enseñanza de las ciencias sociales”, *Revista de Investigación*, n. 15 (2016), pp. 145–153.

Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai, *Introdução à história pública*, São Paulo: Letra e Voz, 2011.

Karylleila dos Santos Andrade e Verônica Ramalho Nunes, “Cultura e identidade no estudo dos nomes de lugares”, *Revista GTLex*, v. 1, n. 1 (2015), pp. 164–183, <https://doi.org/10.14393/Lex1-v1n1a2015-10>.

Luis Fernando Cerri, “Usos públicos da história no Brasil contemporâneo: demandas sociais e políticas de Estado”, *Araucária: Revista Iberoamericana de Filosofía, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales*, v. 8, n. 15 (2006), pp. 3–19.

Marcelo Costa Fernandes et al., “Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas”, *Educação em Revista*, v. 28, n. 4 (2012), pp. 169–194, <https://doi.org/10.1590/S0102-46982012000400007>.

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra e Aparecida Negri Isquierdo, “A Onomástica em diferentes perspectivas: resultados de pesquisas”, *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 3 (2018), pp. 993–1000.

Maria Juliana de Freitas Almeida e Max Lanio Martins Pina, *Do Descoberto à Porangatu: pelos caminhos da História, da Memória e do Patrimônio*, Porangatu: Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de Porangatu, 2025.

Maria Juliana de Freitas Almeida, *O Sertão de Amaro Leite no Século XIX*, Curitiba: Editora CRV, 2024.

Maria Juliana de Freitas Almeida, *Porangatu em História: descobrindo as origens dos nomes que marcam nossa terra*, Goiânia: Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, Universidade Estadual de Goiás, 2024.

Marta Gouveia de Oliveira Rovai e Michel Kobelinski (orgs.), *História Pública: para quem, para quê, como e com quem?*, Guarapuava: Editora Unicentro, 2024.

Marta Gouveia de Oliveira Rovai, “Ensino de história e a história pública: os testemunhos da Comissão Nacional da Verdade em sala de aula”, *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15 (2019), pp. 89–110, <https://doi.org/10.20949/rhhj.v8i15.506>.

Michel Pollack, “Memória, esquecimento, silêncio”, *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3 (1989), pp. 3–15.

Ricardo Santhiago, “Abraçácio”, in Marta Gouveia de Oliveira Rovai e Michel Kobelinski (orgs.), *História Pública: para quem, para quê, como e com quem?*, Guarapuava: Editora Unicentro, 2024, pp. 9–11.

Ricardo Santhiago, “Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil”, in Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago (orgs.), *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*, São Paulo: Letra e Voz, 2016, pp. 23–36.

Ricardo Santhiago, "História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo", *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 23 (2018), pp. 286-309, <http://dx.doi.org/10.5965/2175180310232018286>.

Stephanie Anderson, "The stories nations tell: Sites of pedagogy, historical consciousness, and national narratives", *Canadian Journal of Education / Revue canadienne de l'éducation*, v. 40, n. 1 (2017), pp. 1-38.

Artigo recebido em 23-09-2025. Aceito para publicação em 09-11-2025.

Citação: Maria Juliana de Freitas Almeida e Max Lanio Martins Pina, "Porangatu em História: uma experiência de História Pública na valorização do patrimônio local", *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 43 (2025), p. 1-24.

Contato dos autores: Maria Juliana de Freitas Almeida: maria.almeida@ueg.br; Max Lanio Martins Pina: max.pina@ueg.br.